



XVI SEUR

Chegar e partir: a longa trajetória das famílias de imigrantes dos Açores a Jaguarão

Letícia Braga da Rosa, Feevale, leticiarosa@feevale.br

RESUMO:

Imigração açoriana é o tema deste artigo, que tem como objetivo mapear o processo migratório dos açorianos que se deslocaram, a partir de 1746, dos Açores para o sul do Brasil, foram levados como prisioneiros para o território espanhol e retornaram à Capitania do Rio Grande de São Pedro, para a região de Jaguarão. A investigação adota como método a Sociologia Compreensiva de Weber (1979) e as teorias de Mead (1973), Simmel (2006), Park (1928) e Certeau (2014). Através da triangulação dos dados existentes nos múltiplos territórios envolvidos, pode-se identificar o percurso realizado, desde a saída das ilhas, a travessia do Atlântico, o desembarque e período de permanência em Santa Catarina, a passagem para o Rio Grande, o transporte para o território espanhol, onde fundaram San Carlos, em Maldonado e o regresso de parte da família ou de seus descendentes ao território português, constituindo as origens do município de Jaguarão.

Palavras-chave: Açorianos. Migração. Fronteiras.

1. Introdução

Em 31 de agosto de 1746, D. João V, rei de Portugal, estabeleceu o programa de colonização do sul do Brasil, com moradores do Arquipélago dos Açores (EDITAL...,1878). Os primeiros grupos foram instalados em Santa Catarina e, a partir de 1750, enviados para povoar o Rio Grande de São Pedro (PESAVENTO, 2014). Em 1763, com a tomada da Vila do Rio Grande pelos espanhóis, um grupo de famílias açorianas foi levada para o território espanhol, com a intenção de formar um novo povoado: San Carlos¹ (PAGOLA, 2007).

Em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso, muitas dessas famílias retornaram para o território português, parte do grupo acorrendo para a faixa territorial entre os rios Piratini e Jaguarão. Ao estudar as origens do município de Jaguarão, Franco (1980) aponta que, por ser uma região de fronteira, concentrou população de procedência diversa, mas com forte influência açoriana em sua composição.

¹ Atualmente San Carlos é um município do departamento de Maldonado, localizado no país vizinho, o Uruguai.



Sobre esse percurso dos açorianos para San Carlos e seu retorno para a região de Jaguarão, Domingues (in BARROSO, 1997, p. 32) reconhece: “não vimos assinalado por nossos historiadores, está a merecer cuidadoso estudo”. Esses fatos instigaram investigar esse grupo, desenvolvendo a pesquisa de doutorado sobre a imigração açoriana, relações familiares e mobilidade social, com o mapeamento da presença açoriana na região de Jaguarão.

Em sua primeira fase a proposta visou a identificação das famílias açorianas que compuseram a formação inicial da região de Jaguarão e que eram provenientes de San Carlos, realizando o mapeamento do percurso dos casais açorianos e seus descendentes, buscando registros sobre sua trajetória, desde os Açores até Jaguarão.

Este artigo apresenta os resultados iniciais dessa etapa da pesquisa e tem como objetivo mapear o processo migratório dos açorianos que se deslocaram, a partir de 1746, dos Açores para o sul do Brasil, foram levadas como prisioneiros para o território espanhol e retornaram à Capitania do Rio Grande de São Pedro, para a região de Jaguarão.

A investigação tem como base principal os estudos de Georg Herbert Mead (1973), sobre a noção de interação simbólica; Georg Simmel (2006), sobre interação e relações sociais; Michel de Certeau (2014), sobre adaptações na vida cotidiana e Robert Ezra Park (1928), sobre transformações culturais e movimentos migratórios.

À luz do Interacionismo Simbólico, Mead (1973) propõe conhecer os atos do indivíduo em sua situação social, devido ao caráter social da vida humana. Considerando o mundo como um conjunto de referências que o “eu” divide com os “outros”, numa indissociabilidade entre o sujeito e a sociedade, a construção social da realidade é, em sua essência, simbólica.

Pela participação, cada indivíduo procura controlar seu comportamento e intervir no comportamento do outro, cada ação provocando um estímulo para o outro, para si mesmo e também interação com os outros. Nesse sentido, Simmel (2005) caracteriza a sociedade sob o aspecto da influência mútua e determinação recíproca das relações interpessoais.

Ao propor o conceito de ação recíproca, Simmel (2006, p. 17) aponta que a sociedade se estabelece a partir de relações de convívio em referência ao outro, com o outro, para o outro e contra o outro. Esse “fluxo incessante” de interação, entre indivíduos que reciprocamente se afetam, formam grupos e são determinados pela existência coletiva, faz da sociedade um “acontecer”, em que laços de associação são feitos, desfeitos e refeitos, onde



heranças, tradições e comportamentos das gerações passadas se mesclam às características próprias e individuais.

Tais aspectos podem ser associados à noção de cotidiano de Certeau (1994). Ao diferenciar tática e estratégia, o autor relaciona estratégia ao cálculo das relações de forças de um sujeito de querer e poder. Já o uso de táticas, às práticas cotidianas e sua assimilação pelos grupos dominados, frente às estratégias de poder. Práticas cotidianas como falar, ler, circular são do tipo tática e resultam das capacidades inventivas de “jogar com os acontecimentos”, transformando-os em ocasiões a serem aproveitadas como vitórias do fraco sobre o mais forte, pequenos sucessos, astúcias (ibid, p. 74). Para Park (1928), as ocasiões em que os homens são obrigados à coexistência, intercalando competição, conflito e cooperação, são forças decisivas na história da humanidade. Segundo o autor, embora a migração humana seja apenas uma entre uma série de modos que podem produzir câmbios históricos, quando considerada como ação coletiva, exibem características típicas suficientes para se tornar tema de estudo e investigação.

2. Metodologia

De uma perspectiva interdisciplinar, que relaciona sociologia e história, adota-se como método a Sociologia Compreensiva de Max Weber (1979), que propõe a compreensão da sociedade a partir dos indivíduos e suas ações sociais. O olhar recai sobre o singular, visando o que lhe é característico. O foco deixa de ser o geral, o oficial; e passa a ser o particular, as trajetórias singulares que compõem a realidade que se quer conhecer. Essa abordagem, alinha-se à proposta de Levi (2000, p. 47), de que “onde aparentemente nada há”, aí podem ser observadas as práticas cotidianas de um fragmento do mundo e, por analogia, de problemas e temas. Esse modo de conceber a história social a partir dos indivíduos comuns, evitando restringir-se a figuras públicas e célebres, abre caminho à investigação dos acontecimentos minúsculos da vida cotidiana de “um lugar banal e de uma história comum” (ibid, p. 46).

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental, incluindo testamentos, inventários, correspondências, registros militares, requerimentos de sesmarias, visitas a cartórios, arquivos públicos e cemitérios, documentos eclesiais, registros de batismo, casamento e óbito. Além de documentos originais, utilizou-se a estratégia de triangulação dos dados. Segundo Denzin (2009), a triangulação é uma alternativa de validação que pode



abranger uma variedade de dados, investigadores, teorias e metodologias. Denzin e Lincoln (2006, p. 20) definem a triangulação como “a exposição simultânea de realidades múltiplas, refratadas”, envolvendo a combinação de uma multiplicidade de perspectivas teóricas e práticas metodológicas, que visam uma compreensão em profundidade do fenômeno investigado.

A triangulação com bases de dados preexistentes possibilitou mapear os múltiplos territórios pesquisados, distantes entre si no tempo e no espaço. Cabe destacar a pesquisa realizada por Brenda Pagola (2007) sobre as famílias que constituíram San Carlos, bem como a pesquisa de Moacyr Domingues (1994), que fez um levantamento genealógico do mesmo grupo. Nos Açores, os dados disponíveis online, especialmente a pesquisa de reconstituição de paróquias, de Maria Norberta Amorim. Sobre Rio Grande, o trabalho de Alda Jaccottet e Raquel Dominguez de Minetti (2018), sobre os registros paroquias referentes aos açorianos, antes da invasão espanhola. Em Jaguarão, a pesquisa de Maria Dutra da Silveira Almeida Couto, sobre as origens das famílias jaguarenses. Dispor dessas bases de pesquisa permitiu a triangulação de dados, tendo como objetivo identificar a trajetória das famílias dos Açores até Jaguarão.

3. Chegar e partir: dos Açores a Jaguarão

Não se sabe ao certo o número de açorianos que migraram a partir do edito real de 1746; aceitando a proposta de receber terras e ajuda de custo para povoar e defender o sul do Brasil. Conhecidos como “Casais d’El Rey” ou “Casais do Número”, estima-se que, entre 1743 a 1753, chegaram à Santa Catarina cerca de 6 mil açorianos. Os que tinham condições de suportar mais dias de viagem eram transportados para o porto do Rio Grande (PIAZZA, 1983). De 1750 a 1754, entraram 423 casais e 409 adultos solteiros em Rio Grande, que até abril de 1763, vão participar da formação de 259 novas famílias (QUEIROZ, 1992). Mas nem todos receberam as terras prometidas imediatamente após a chegada. Em 1761, ainda havia casais à espera de terras, quando ressurgiu o estado de guerra entre Portugal e Espanha (PESAVENTO, 2014).

Em abril de 1763, o general e governador de Buenos Aires, D. Pedro Cevallos, invadiu a capitania de São Pedro, conquistando Rio Grande. Cerca de 40 famílias açorianas que habitavam o local, foram levadas para a região de Maldonado, no território espanhol, com o



objetivo de criar um novo povoado: San Carlos. Embora na condição de prisioneiros de guerra, a maneira como foram transportados e instalados, indica que o grupo aceitou voluntariamente empreender essa nova migração. Atente-se ao caráter inusitado dessa povoação: a mesma razão que havia motivado Portugal a trazer os açorianos à América – povoar para garantir a posse da terra – foi utilizada por Cevallos, dispondo do mesmo grupo de colonos, para então povoar os territórios pertencentes a Espanha. De 1763 a 1777 cerca de 94 famílias, foram transportadas para San Carlos. Apesar do nome oficial, nos primeiros tempos o povoado era conhecido como “Pueblo de los isleños”, em alusão à origem de seus moradores (ROSA, 2012).

Mesmo que Portugal e Espanha não estivessem mais em guerra, devido ao Armistício de Paris, nas colônias da América as hostilidades prosseguiram, condicionando o olhar dos espanhóis sobre os “isleños portugueses”, vistos com desconfiança; como o outro, o estrangeiro. Embora sendo chamados de “vecinos”, isto é, moradores, eram vistos com estranhamento, por pertencer a um grupo que, além de culturalmente diferente, era tido como inimigo. Em 1777, após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, muitas famílias açorianas optaram por retornar ao território português; devido aos desafios encontrado em sua adaptação e, também, à expectativa de receber finalmente as terras prometidas pelo edito de 1746 (ROSA, 2012).

Em seu artigo IV, o referido Tratado situava a área ao sul do rio Piratini, que abrange os atuais municípios de Arroio Grande, Pedro Osório, Herval do Sul e Jaguarão, “dentro das raias espanholas” (FRANCO, 1980, p. 9). Devido a divergência entre portugueses e espanhóis, quanto à demarcação, a região ficou definida como um campo neutro, em que ninguém poderia ocupar terreno. No artigo XIX, o Tratado definia que, nos casos de desacordo entre as duas Coroas quanto à fixação dos limites assinalados, não se procedesse a ocupação de terras até que tivesse sido feito o ajuste entre as respectivas Cortes². Com isso, essa faixa territorial em disputa passou a ser considerada um “território de ninguém”³.

² Trecho do artigo XIX do Tratado, com a ortografia original: “No caso de ocorrerem algumas dúvidas entre os Vassallos Portuguezes, e Hespanhois, ou entre os Governadores, e Commandantes das Fronteiras das duas Coroas sobre excesso dos Limites assinalados, ou intelligencia de algum deles, não se procederá de modo algum por vias de facto a occupar terreno, nem a tomar satisfação do que houver occorrido; e só poderão, e deverão communicar-se reciprocamente as dúvidas, e concordar interinamente algum meio de ajuste, até que dando parte ás suas respectivas Cortes, se lhes participem por elas, de commum acordo, as resoluções necessárias [...]” (TRATADO..., 1777, p. 25).

³ O “território de ninguém” correspondia às áreas de jurisdição indecisa, além dos Campos Neutrais, área neutra já prevista pelo mesmo tratado (PESAVENTO, 2014).



Mas a ausência de limites não impediu a expansão portuguesa. Interessava a Portugal a distribuição de terras nas áreas de jurisdição indecisa, para garantir a posse territorial; processo que ficou conhecido como “corrida pelas sesmarias” (PESAVENTO, 2014). Assim, enquanto as duas coroas não definiam legalmente a questão, Portugal foi estimulando a ocupação das zonas indemarcadas, como forma de garantir a posse e expandir seu território, avançando a linha de fronteira⁴. Foi para essa região, ao sul do Piratini, que progressivamente afluíram algumas das famílias açorianas que haviam deixado San Carlos.

Aqui, pode-se perceber a utilização da tática do pequeno frente às estratégias de poder; as astúcias de que trata Certeau (2014). Esse grupo tinha a vantagem de ter estabelecido laços pessoais de um lado e outro da linha de fronteira, o que lhe conferia uma espécie de livre trânsito sobre esse território disputado por Portugal e Espanha. Segundo Frega (in HEINZ; HERRLEIN JR., 2003), em uma região de fronteira, as identidades de origem costumam se tornar difusas, sendo comum esse tipo de lealdades ambivalentes, como forma de sobrevivência.

A partir de 1784, a disputa se acentuou, quando Rafael Pinto Bandeira assumiu o governo da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Alegando evitar contrabandos, transferiu a Guarda Militar do Piratini para a nascente do Arroio Grande⁵, terras notadamente dentro da zona em discussão e que, portanto, deveriam permanecer desocupadas.

Os espanhóis identificaram e reclamaram a existência desta guarda e a presença de estabelecimentos portugueses na costa sul do Piratini e suas vertentes. Considerando a situação como uma usurpação de território, a Espanha determinou “providências que pudessem conter os portugueses” e, no ano de 1791, estabeleceu três guardas na região: San Antonio, Santa Rosa⁶ e San José⁷ (APUNTES, 1836).

Denominada San Antonio ou Arredondo, a primeira guarda estava localizada no Cerro do Juncal, cerca de 20 km ao norte dos Cerros de Echenique, entre as nascentes do Arroio

⁴ Essa estratégia evidencia a utilização do princípio do *uti possidetis*, segundo o qual, as fronteiras de um Estado devem seguir o território efetivamente ocupado. “*Uti possidetis ita possideatis*”: assim como possuíis continuareis a possuir, isto é, quem possui de fato, deve possuir de direito. Portugal já havia apresentado esta prática oriunda do Direito romano na elaboração do Tratado de Madri (1750) e orientou suas ações de modo a utilizar a mesma estratégia frente aos territórios ainda em disputa (SOARES, 1939).

⁵ Localizada na região do atual município de Herval do Sul.

⁶ A mais ocidental das três, situada na região do atual município de Candiota.

⁷ A cerca de 50 km ao noroeste da primeira, nas nascentes do rio Jaguarão, região do atual município de Bagé.



Juncal e um afluente do Arroio Telles (APUNTES, 1836)⁸. Esta guarda espanhola, também conhecida pelo nome de Guarda do Serrito ou Guarda do Quilombo, tinha sede nos subúrbios da atual cidade de Jaguarão (FRANCO, 1980).

Observa-se, assim, que a primeira fortificação construída na região de Jaguarão era de origem espanhola. Em 1801, com o ressurgimento do estado de guerra entre os dois países, os espanhóis se retiraram de suas guardas avançadas, reunindo-se em Cerro Largo. Os portugueses avançam e, vitoriosos, determinam a nova linha da fronteira, fixando o limite na divisa do rio Jaguarão. Em fevereiro de 1802, é estabelecida a Guarda portuguesa do Serrito ou Acampamento do Serrito, no mesmo local da antiga guarda espanhola⁹ (FRANCO, 1980).

Assim, após ignorar as proibições, fixando-se nas terras indemarcadas, os açorianos vindos de San Carlos integraram o grupo que constituiu as origens de Jaguarão. Ao percorrer esses múltiplos territórios, fazendo a trajetória Açores - Santa Catarina - Rio Grande - San Carlos - Jaguarão, a motivação desse grupo para chegar e partir parece ter sido sempre a mesma: receber as terras que lhes haviam sido prometidas.

Dos cerca de 6.000 açorianos que, a partir de 1746, haviam migrado do Arquipélago, uma parte só foi terminar seu processo migratório em 1801, quando fixados os limites de fronteira em Jaguarão. Segundo Franco (1980), entre o período de 1814 a 1826, das 1200 pessoas que batizaram filhos na “Matriz da Freguesia do Espírito Santo do Serrito”, 128 provinham dos domínios espanhóis, da região de Maldonado e de San Carlos.

4. Conclusão

Com a triangulação dos dados, pode-se acompanhar a trajetória dessas famílias e identificar os locais de onde chegaram e partiram. A saída dos Açores, especialmente das ilhas do Faial, São Jorge, Pico e Terceira, a travessia do Atlântico, o desembarque em Santa Catarina, onde permaneceram por um período na região da Lagoa da Conceição e Enseada de Brito; a passagem para o Rio Grande de São Pedro, o transporte para o território espanhol, para fundar San Carlos, em Maldonado e o regresso ao território português, dando origem à Jaguarão.

⁸ Visto ser um documento espanhol, as descrições de alguns locais expressam denominação topográfica diferente da utilizada por Portugal. Neste caso, o Arroio Telles é o Arroio do Telho e, seu afluente, o Arroio Quilombo.

⁹ Findo o conflito, os espanhóis vão criar uma nova Guarda do Arredondo, na outra margem do rio Jaguarão, que dá origem ao atual município de Río Branco, Uruguai.



Observando os registros, pode-se perceber que as mesmas famílias se movimentavam por toda a região ao sul do Piratini; suas cerimônias de batismo, casamento e óbito, celebradas em diversos oratórios e capelas desse território, tendo sido utilizadas para estabelecer relações, reforçar amizades e parentescos e formar laços sociais que extrapolavam os laços sanguíneos.

Em razão da abrangência do período analisado, de 1746 a 1826, alguns dos “casais do número” pesquisados não chegaram a Jaguarão, falecendo em algum ponto desses múltiplos territórios envolvidos. Vão ser seus descendentes que, constituindo o grupo dos primeiros povoadores de Jaguarão, finalmente conquistam o território almejado.

Referências

APUNTES históricos sobre la demarcación de límites de la banda oriental y el Brasil. Buenos Ayres: Imprenta del Estado, 1836. 42 p.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia.** Porto Alegre: EST, 2002. 1153 p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** V.1. Petrópolis: Vozes, 2014. 320 p.

DENZIN, Norman K. **The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods.** New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2009. E-book.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOMINGUES, Moacyr. **Portugueses no Uruguai.** Porto Alegre: Edições EST, 1994. 98 p.

EDITAL publicado nas ilhas dos Açores relativo ao transporte de colonos. In: **Arquivo dos Açores.** N.1. Mai 1878. V. I. Ponta Delgada. São Miguel. Açores. p.381-382. Disponível em <https://archive.org/stream/archivodosaore01pont#page/380/mode/2up>. Acesso 21 jun 2019.

FRANCO, Sérgio da C. **Origens de Jaguarão. 1790-1833.** Porto Alegre: Evangraf, 1980. 98p.

FREGA, Ana. Pertenencias e identidades em uma zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolucion y la invasión lusitana (1816-1820). In: HEINZ, F, M.; HERRLEIN JR., Ronaldo (org). **Histórias regionais do Cone Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 464p.

JACCOTTET, Alda Maria; MINETTI, Raquel D. **Diáspora açoriana.** Pelotas, 2018. 158 p.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 266 p.

MEAD, George H. **Espíritu, persona y sociedad.** Buenos Aires: Paidós Studio, 1973. 408 p.



PAGOLA, Brenda. **...Y ellos le dieron vida. San Carlos: fundadores y vecinos.** Montevideo: Tradinco, 2007. 717 p.

PARK, Robert Ezra. Las migraciones humanas y el hombre marginal. **American Journal of Sociology**, 1928, nº 33, p. 881-893.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins, 2014. 138p.

PIAZZA, Walter. **A epopeia açórico-madeirense: 1747-1756.** Florianópolis: UFSC, 1999. 393 p.

ROSA, Letícia. **Trajetória açoriana em San Carlos.** 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) - Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2012.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 119 p.

SOARES, J. **Fronteiras do Brasil no regime colonial.** Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1939. 233p.

TRATADO preliminar de Paz, e de limites na America Meridional... Lisboa: Imp. Régia, 1777. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000010281&bbm/7410#page/1/mode/2up>.

WEBER, Max. **Sociologia.** (Org. Gabriel Cohn). São Paulo: Ática, 1979. 168 p.